



PRETOR
CONCURSOS

EDITAL VERTICALIZADO

PC RS



 @pretorconcursos
www.pretorconcursos.com.br

A VAGA É MINHA!



EDITAL VERTICALIZADO PC-RS

PORTUGUÊS - 30 questões / acertar no mínimo 18 questões

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
1. Leitura e compreensão de textos:							
Assunto.							
Estruturação do texto.							
Ideias principais e secundárias.							
Relação entre ideias.							
Ideia central e intenção comunicativa.							
Efeitos de sentido.							
Figuras de linguagem e linguagem figurada.							
Recursos de argumentação.							
Informações implícitas: pressupostos e subentendidos.							
Coesão e coerência textuais.							
Nexos coesivos.							
2. Gêneros Textuais: identificação, características.							
3. Variações linguísticas.							
4. Léxico/Semântica:							
Significação de palavras e expressões no texto.							
Substituição de palavras e de expressões no texto.							
Estrutura e formação de palavras.							
5. Aspectos linguísticos:							
Relações morfossintáticas.							
Ortografia: emprego de letras, do hífen e de acentos.							
Relações entre fonemas e grafias.							
Colocação pronominal: próclise, ênclise, mesóclise.							
Reconhecimento, flexões e emprego de classes gramaticais.							
Vozes verbais, identificação, classificação e conversão.							
Concordância nominal e verbal.							
Regência nominal e verbal.							
Paralelismos de Regência.							
Emprego do acento indicativo de crase.							
Sintaxe do período simples e do período composto.							
Frases fragmentadas e siamesas.							
Colocação e reconhecimento de termos e orações no período.							
Coordenação e subordinação: classificação das orações, emprego das conjunções, das locuções conjuntivas e dos pronomes relativos.							
Orações reduzidas e orações desenvolvidas.							
Equivalência e transformação de estruturas.							
Pontuação.							

INFORMÁTICA – 8 questões

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
1. Windows 10							
2. Word e Writer							
3. Excel Calc							
4. Google Chrome							
5. Microsoft Edge							
6. Mozilla Firefox							
7. Lei de Acesso à Informação							

RLM – 8 questões

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
Proposições simples e compostas;							
Álgebra proposicional;							
Implicação lógica;							
Equivalência lógica;							
Propriedades Comutativa,							
Distributiva							
Leis de Morgan;							
Tautologia,							
contradição e							
contingência;							
Sentenças abertas;							
Proposições categóricas;							
Diagramas lógicos;							
Afirmação e							
negação;							
Lógica de argumentação.							
Analogias.							
Análise Combinatória:							
raciocínio multiplicativo,							
raciocínio aditivo;							
combinação,							
arranjo e							
permutação.							
Progressões aritméticas e							
progressões geométricas.							

LEGISLAÇÃO ESTATUTÁRIA E INSTITUCIONAL – 5 questões

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
Estatuto dos Servidores Públicos Civis do RS							
Título II - do provimento, promoção, vacância, remoção e redistribuição; e							
Título III - dos direitos e vantagens).							
Lei Estadual nº 7.366/80 (Estatuto dos Servidores da Polícia Civil).							
Organização básica da Polícia Civil (Lei Estadual nº 10.994/1997).							

CONHECIMENTOS GERAIS – 5 questões

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
Aspectos políticos,							
históricos,							
geográficos,							
culturais e							
econômicos do Estado do Rio Grande do Sul e do Brasil.							
REFERÊNCIAS: Jornais, revistas, rádio e televisão.							

DIREITO PENAL – 6 questões
Parte Geral:

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
Princípios.							
Lei penal no tempo e no espaço.							
Tempo e lugar do crime.							
Contagem de prazo.							
Conflito aparente de normas.							
Classificações do crime.							
Ação e omissão.							
Sujeito ativo e passivo.							
Bem jurídico.							
Crime							
- consumado,							
- tentativa,							
- desistência voluntária,							
- arrependimento eficaz,							
- arrependimento posterior,							
- crime impossível.							
Conceito de crime e seus elementos.							
Tipicidade.							
Illicitude.							
Culpabilidade.							
Teoria da imputação objetiva.							
Relação de causalidade.							
Erro de tipo e de proibição.							

Concurso de pessoas.							
Concurso de crimes.							
Medida de segurança.							
Ação penal.							
Extinção da punibilidade.							

Parte Especial:

Crimes contra a pessoa,
contra o patrimônio,
contra o sentimento religioso e respeito aos mortos,
contra a dignidade sexual,
contra a família,
contra a incolumidade pública,
contra a paz pública,
contra a fé pública,
contra a administração pública.

Leis Especiais e suas atualizações:

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
Abuso de Autoridade (Lei nº 4.898/65)							
Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97).							
Código do Consumidor (Lei nº 8.078/90).							
Contravenções penais (Dec. nº 3.688/41).							
Crime organizado (Lei nº 12.850/13)							
Crimes ambientais (Lei nº 9.605/98).							
Crimes cibernéticos (Lei nº 12.737/12).							
Crimes Hediondos (Lei nº 8.072/90)							
Crimes Raciais e por preconceito (Lei nº 7.716/89).							
Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06).							
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90).							
Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826/03).							
Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03).							
Estatuto do torcedor (Lei nº 10.671/03).							
Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95).							
Lavagem de Dinheiro (Lei nº 12.683/12).							
Nova Lei de Licitações (VIRÁ A LEI NOVA)							
Ordem tributária e relações de consumo (Lei nº 8.137/90).							
Terrorismo (Lei nº 13.260/16).							
Tortura (Lei nº 9.455/97).							
Transplante de órgãos (Lei nº 9.434/97).							
Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei nº 11.340/03).							

DIREITO PROCESSUAL PENAL – 6 questões

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
Princípios gerais do Direito.							
Princípios processuais penais.							
Direitos e garantias processuais penais presentes na Constituição Federal, em normas infraconstitucionais e em tratados e convenções internacionais ratificados pelo Brasil.							
Sistemas processuais penais.							
Lei de Introdução ao Código de Processo Penal.							
Lei processual no tempo.							
Lei processual no espaço.							
Lei processual em relação às pessoas.							
Lei processual e sua interpretação.							
Fontes do direito processual penal.							
Acesso à justiça penal.							
Investigação criminal policial (inquérito policial e verificação preliminar de informação).							
Identificação criminal.							
Sujeitos da persecução penal.							
Teoria geral do processo penal.							
Ação penal.							
Ação civil ex delicto.							
Ação de execução ex delicto.							
Jurisdição.							
Competência.							
Questões e processos incidentes.							
Medidas cautelares patrimoniais.							
Comunicação dos atos processuais.							
Prisão cautelar (prisão em flagrante, prisão preventiva e prisão temporária), medidas cautelares diversas da prisão e liberdade provisória.							
Teoria geral da prova penal.							
Prova penal típica e atípica.							
Processo penal.							
Teoria geral dos procedimentos.							
Procedimentos em espécie.							
Sentença penal e demais atos judiciais.							
Coisa julgada.							
Teoria geral das nulidades.							
Nulidades em espécie.							
Teoria geral dos recursos.							
Recursos em espécie.							
Correição parcial.							
Reclamação.							
Ações de impugnação (mandado de segurança, habeas corpus e revisão criminal).							
Relações internacionais com autoridade estrangeira.							
Lei de Execuções Penais (Lei nº 7.210/1984.).							
Da graça, do indulto e da anistia.							

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988: – 5 questões

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
Título I (artigos 1 a 4);							
Título II (artigos 5 a 17);							
Título IV (artigos 44 a 135);							
Título V (artigos 136 a 144);							
Título VII (artigos 170 a 192) e							
Título VIII (artigos 193 a 232).							
Princípios fundamentais.							
Direitos e Garantias Fundamentais.							
Organização do Estado.							
Organização dos Poderes:							
Poder Legislativo;							
Poder Executivo;							
Poder Judiciário;							
Funções essenciais à Justiça.							
Defesa do Estado e das instituições democráticas.							
Ordem econômica e financeira.							
Ordem social:							
- meio ambiente,							
- educação,							
- cultura e							
- desporto;							
- Família,							
- criança,							
- adolescente,							
- jovem e							
- idoso;							
- Índios.							

DIREITO ADMINISTRATIVO – 4 questões

Direito Administrativo: conceitos e fontes.
Administração Pública: conceito, órgãos públicos.
Agentes públicos:
- conceito,
- classificação,
- direitos,
- deveres,
- responsabilidade civil, penal e administrativa.
Princípios da Administração Pública.
Poderes da Administração Pública:
- hierárquico,
- disciplinar,
- regulamentar,
- de polícia.
Atos administrativos:

- conceito,
- requisitos,
- atributos,
- classificação,
- revogação e
- invalidação.
Licitações e contratos administrativos.
Serviços Públicos: princípios gerais.
Processo Administrativo: conceito, princípios,
Processo Administrativo Disciplinar,
Sindicância.
Responsabilidade Civil do Estado.

DIREITOS HUMANOS – 3 questões

CONTEÚDO	R	E	V	I	S	Ã	O
Teoria geral dos direitos humanos: conceito e terminologia.							
Afirmção histórica dos direitos humanos.							
Direitos humanos e responsabilidade do Estado.							
Direitos humanos na Constituição Federal de 1988.							
Interpretação e aplicação dos tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.							
Declaração Universal dos Direitos Humanos.							
Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.							
Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.							
Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.							
Tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual (a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul). - Estatuto da Igualdade Racial.							

REFERÊNCIAS:

- DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, Proclamada pela Resolução nº 217A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 10 de dezembro de 1948.
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - 1988. Cap. I - Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (Art. 5º).
- Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes; adotada pela Resolução 39/46, da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1984. - DECRETO No 40, DE 15 DE FEVEREIRO DE 1991. Promulga a Convenção Contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
- PORTARIA INTERMINISTERIAL No- 2, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010, que estabelece Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública.

Publicado no Diário Oficial da União nº 240 – Seção 1, em 16 de dezembro de 2010.

- PORTARIA INTERMINISTERIAL No- 4.226, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2010, que estabelece Diretrizes sobre o Uso da Força pelos Agentes de Segurança Pública.
- DECRETO nº 48.118, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre o tratamento nominal, inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito do Poder Executivo Estadual, publicado no Diário Oficial do Estado nº 123, de 28 de junho de 2011.
- DECRETO nº 49.122, de 17 de maio de 2012, que institui a Carteira de Nome Social para Travestis e Transexuais no Estado do Rio Grande do Sul, publicado no Diário Oficial do Estado nº 096, de 18 de maio de 2012.
- LEI FEDERAL Nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto Nacional da Igualdade Racial.
- LEI ESTADUAL Nº 13.694, de 19 de janeiro de 2011, que institui o Estatuto Estadual da Igualdade Racial.
- PIOVESAN, Flávia. Temas de Direitos Humanos. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 12ª ed. rev. atual e ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2015

REDAÇÃO

Mínimo: 12 pontos

Máximo: 20 pontos

No mínimo, 35 (trinta e cinco) linhas e,

No máximo, 50 (cinquenta) linhas.

7.6. DOS PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DE REALIZAÇÃO DA PROVA DE REDAÇÃO

7.6.1. As Redações deverão ser feitas pelo próprio candidato, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta de ponta grossa, não sendo permitida a interferência e/ou participação de outras pessoas, salvo em caso do candidato inscrito na condição de candidato com deficiência ou que tenha solicitado atendimento diferenciado para realização da prova, dentro do princípio da razoabilidade. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um fiscal da Fundatec.

7.6.2. Serão consideradas não escritas as provas ou trechos de provas que forem ilegíveis e incompreensíveis.

7.6.3. Será exigido o número de linhas de acordo com o item 7.4.2.1.

7.6.3.1. O candidato que redigir texto inferior ao número de linhas estipuladas terá sua nota de Redação zerada.

7.6.3.2. Os textos além do número de linhas estipuladas serão desconsiderados.

7.6.4. As folhas de textos definitivos da Redação não poderão ser assinaladas, assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que a identifique em outro local que não seja em seu canhoto, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição dos textos definitivos acarretará nota zero na Prova.

7.6.5. As folhas de textos definitivos serão os únicos documentos válidos para a avaliação da Redação. As folhas para rascunho no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.

7.6.6. Não serão corrigidos textos a lápis.

7.6.7. As provas serão desidentificadas no ato de entrega da folha definitiva, sendo os canhotos de identificação lacrados pelos dois últimos candidatos da sala de realização de prova.

7.6.8. A reidentificação das provas será pelo sistema eletrônico da Fundatec.

7.7 DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE DA PROVA DE CAPACITAÇÃO INTELECTUAL

7.7.1. A classificação dos candidatos na Fase de Capacitação Intelectual se dará pela ordem decrescente da pontuação obtida na nota final, conforme estabelecido no subitem 7.4.2.6 deste Edital.

7.7.2. Havendo igualdade na média de dois ou mais candidatos, o desempate para efeito de ordem de classificação para a matrícula, obedecerá, sucessivamente, aos seguintes critérios:

- a) aplicação do parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal nº 10.741/2003 (para candidatos com idade igual ou superior a 60 anos);
- b) maior pontuação na Prova de Redação;
- c) maior pontuação nas questões de Raciocínio Lógico;
- d) maior pontuação nas questões de Informática;
- e) maior pontuação nas questões de Direito Penal;
- f) maior pontuação nas questões de Direito Processual Penal;

- g) maior pontuação nas questões de Direito Constitucional;
- h) maior pontuação nas questões de Legislação Estatutária e Institucional;
- i) maior pontuação nas questões de Direito Administrativo;
- j) maior pontuação nas questões de Direito Humanos;
- k) maior pontuação nas questões de Conhecimentos Gerais;
- l) maior pontuação nas questões de Língua Portuguesa.